

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS**

**Thiago Abílio Reis Albuquerque**

**“NÓS É ANGU DE CAROÇO”:** UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA  
**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DAS**  
**REGIÕES LESTE E NORDESTE DE BELO HORIZONTE.**

Belo Horizonte

2017

**THIAGO ABÍLIO REIS ALBUQUERQUE**

**“NÓS É ANGU DE CAROÇO”**

**UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE  
RUA DAS REGIÕES LESTE E NORDESTE DE BELO HORIZONTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Minas Gerais, como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Socioambientais, sob a  
orientação do Professor Sérgio Martins.

**THIAGO ABÍLIO REIS ALBUQUERQUE**

**“NÓS É ANGU DE CAROÇO”**

**UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE  
RUA DAS REGIÕES LESTE E NORDESTE DE BELO HORIZONTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Minas Gerais, como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Socioambientais, sob a  
orientação do Professor Sérgio Martins.

Ciências Socioambientais.

Data da defesa: 05/12/2017

RESULTADO:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sérgio Martins (Orientador)  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sulma Marcela Cuervo Ramírez  
Universidade Federal de Minas Gerais

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHO DE  
CONCLUSÃO DE CURSO PELA Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG**  
Autor do Trabalho: Thiago Abílio Reis Albuquerque

CPF 015457806-17 E-Mail: thiagoabilioreis@hotmail.com

Telefones(s) de Contato: (31) 34819224 e (31) 999278737

Data de defesa do TCC: 05/12/2017

Título do TCC:

“Nós é Angu de Caroço”: Um estudo de caso acerca da segregação socioespacial e das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua das regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte.

Nome do professor orientador: Dr. Sérgio Manuel Merêncio Martins

Demais membros da banca: Dr<sup>a</sup>. Sulma Marcela Cuervo Ramírez

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho acima citado, em consonância com a Lei nº 9610/98, autorizo a UFMG a disponibilizar gratuitamente em sua Biblioteca Digital ou equivalente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o trabalho de minha autoria, em formato PDF, para leitura, impressão e/ou *download*, conforme permissão assinalada.

Assinatura do autor: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

## **RESUMO**

O trabalho desenvolvido, tendo como foco a população em situação de rua das Regiões Leste e Nordeste da cidade de Belo Horizonte, buscou entender quais os processos levaram essas pessoas a tal situação, através de sua historicidade e das relações estabelecidas entre elas, além das relações estabelecidas com o resto da sociedade e com o espaço ocupado. Desta maneira, podemos avaliar as estratégias de planejamento urbano da cidade e das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua, de acordo com as demandas e necessidades destas pessoas. A pesquisa também buscou desconstruir certos estereótipos, atribuídos a esta população, como moradores de rua, mendigos, andarilhos, ou até mesmo excluídos, uma vez que algumas dessas pessoas possuem um lar de referência ou mesmo exercem trabalhos formais ou informais, sendo que, pelas mais diversas razões, formas, situações ou períodos de tempo acabam não estando abrigados em um domicílio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas, População em situação de rua, Espaço, Segregação Socioespacial, Urbanismo.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	7
2.	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	9
2.1	A História Oral.....	11
3.	POLÍTICAS PÚBLICAS: EMANCIPAÇÃO OU SUJEIÇÃO? .....	13
3.1	Moradia.....	14
3.2	Saúde.....	20
3.3	Alimentação .....	20
4.	SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL .....	21
4.1	As “quebradas” das Regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte .....	26
5.	O MODO DE VIDA NA RUA.....	32
5.1	Os “Angus de Carçoço”.....	34
5.2	“A Arte de Manguiar” e as estratégias de sobrevivência nas ruas .....	40
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	45

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos sociais sobre a população em situação de rua são relativamente escassos no Brasil e a maioria das pesquisas desenvolvidas, por partirem do domicílio como a unidade básica de análise, não conseguem tratar esta população de maneira efetiva, ou estão relacionadas somente com aspectos demográficos, deixando de lado a maneira como estas populações se reproduzem socialmente, além de existirem algumas divergências sobre a definição de um conceito que consiga englobar todo este universo.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) define esta população como “Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular”. (MDS, 2006, p.7)

Esta definição não abrange toda a população em situação de rua, uma vez que os motivos que levam as pessoas a utilizarem os espaços públicos como moradia são vários, seu deslocamento pela cidade pode estar relacionado com os mais diferentes aspectos e muitas pessoas possuem um lar de referência, sendo sua situação na rua, por vezes, efêmera.

No contexto acadêmico, ou até mesmo no idealismo militante, a população em situação de rua é tratada, na maioria das vezes, a partir da perspectiva da exclusão social. Desta maneira, vários conceitos são desenvolvidos sobre o tema, porém as ações se reduzem apenas ao discurso. Como enfatiza José de Souza Martins (1997, p.27) “O discurso corrente sobre exclusão é basicamente produto de um equívoco, de uma fetichização, a fetichização conceitual da exclusão, a exclusão transformada numa palavra mágica que explicaria tudo.” (MARTINS, 1997)

Martins (1997) afirma que “não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes”. Ou seja, a população em situação de rua não é excluída socialmente, e sim, incluída em um contexto possível de uma sociedade excludente. Desta maneira, o projeto buscou identificar onde essas pessoas estão incluídas e quais estratégias utilizam para sobreviver nesses espaços.

O planejamento urbano de Belo Horizonte, relacionado com a metropolização<sup>1</sup> da cidade a partir das últimas décadas, tem incluído a população em situação de rua nas suas propostas de políticas públicas, sejam elas de caráter social, arquitetônico e/ou urbanístico,

---

<sup>1</sup> Sobre a metropolização de Belo Horizonte nas últimas décadas, ver BRITO (2016).

sejam medidas de segregação ou emancipação. Contudo, devemos entender que são processos da *Situação Urbana*. Segundo Lefebvre, a cidade cria a Situação Urbana:

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares[...] O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. (LEFEBVRE, 1999, p. 110-11)

A PBH realizou seu primeiro Censo voltado para a população em situação de rua no ano de 1998 e atualmente conta com sua terceira edição, realizada em 2014. Segundo dados do 3º Censo de população em situação de rua, em BH existiam 1.827 pessoas vivendo nessa condição, seja em calçadas, praças, baixios de viadutos, terrenos baldios, ou pernoitando em instituições como albergues, abrigos, repúblicas e instituições de apoio. Este contingente equivale a 0,074% da população do município e aumentou 57% desde o segundo censo, realizado em 2005.

A pesquisa revela que a maior parte dessas pessoas se considera negra ou parda, 95% não participa de nenhum movimento social ou associação, a maior preocupação apontada é em relação à violência e comparando a faixa etária desta população com o censo anterior, podemos perceber que estão envelhecendo.

Na maioria das vezes, as pessoas na rua estão expostas a situações de violência seja física, seja psicológica, estando especialmente vulneráveis as mulheres, crianças e idosos. Os problemas familiares são causados ou agravados pelo uso do álcool e de drogas, comumente usados pela população em situação de rua, sendo necessária a elaboração de políticas públicas voltadas para enfrentar estes problemas, além de programas que garantam a integridade física e moral destas pessoas, evitando assim ações como violência sexual, preconceito e racismo.

Desta maneira, os dados quantitativos relacionados a esta população específica são importantes, por demonstrarem características como: concentração demográfica, classe social, cidade de origem, cor, sexo e idade, além de outros indicadores que, juntamente com dados qualitativos pesquisados, proporcionam ao poder público alguns elementos para traçar o perfil do público de interesse e elaborar políticas que atendam suas necessidades.

Tendo em vista que existe relação entre os diversos problemas, como, por exemplo, o fato da simples permanência na rua ser capaz de influenciar positiva ou negativamente o psicológico da população que nela convive, o entendimento sobre “lugar” e “não lugar”, proposto por MARC AUGÉ (2005), torna-se de extrema importância para a pesquisa, uma vez que “por um lado temos o *lugar* ao qual se reconhece uma identidade, um sentido de pertença,



uma afetividade relacionada com aspectos vivenciais e por outro, o *não lugar*, vazio de qualquer referência histórica, cultural, vivencial”. (MARC AUGÉ, 2005). Estes elementos fazem parte do desenvolvimento do projeto, a fim de entendermos qual a efetividade das políticas destinadas a essa população e o sentimento das famílias com relação ao local que habitam, assim como seu grau de acesso aos serviços ofertados pelos órgãos públicos.

## 2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Inicialmente, buscamos dados quantitativos dos 3 Censos realizados pela PBH relativos à população em situação de rua de Belo Horizonte, como sua concentração demográfica, origem, idade, escolaridade, sexo, etc., que contribuíssem com a pesquisa qualitativa, uma vez que é complicado basear-se em apenas um banco de dados, como os elaborados pelos Censos, por exemplo.

Após isso, analisamos os dados e relacionamos com as políticas públicas apresentadas pelas cartilhas da PBH, voltadas para a população em situação de rua, sempre tendo como referência artigos dos programas Cidade e Alteridade e Polos da Cidadania, desenvolvidos pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) voltados para uma perspectiva empírica e qualitativa sobre a situação de rua em Belo Horizonte, a urbanização e a segregação socioespacial da cidade.

A primeira parte do trabalho consistiu basicamente de uma pesquisa bibliográfica, consulta a artigos e notícias e análise de mapas e gráficos sobre o processo de segregação socioespacial de Belo Horizonte constituída ao longo do tempo. Através da maneira como os espaços públicos foram construídos, são vistos, sentidos e concebidos pelas distintas classes sociais, tendo à luz o pensamento de LEFEBVRE (2004)

A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. Quando se suprimiu a rua (desde Le Corbusier, nos "novos conjuntos"), viu-se as consequências: a extinção da vida, a redução da "cidade" a dormitório, a aberrante funcionalização da existência. A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se. A rua é a desordem? Certamente. (LEFEBVRE, 2004, p. 29)

A segunda parte da pesquisa consistiu em visita a campo em diferentes praças e espaços públicos das Regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte, a fim de, inicialmente observarmos como esses locais são ocupados ao longo do dia. A escolha destas regiões deve-se à sua enorme

heterogeneidade, uma vez que os espaços públicos são utilizados por pessoas com distintas intenções, além de características exclusivas de seus bairros, relacionadas aos novos padrões de uso do espaço e de distribuição das classes sociais pela cidade nas últimas décadas, como demonstramos no Capítulo 3. Foram elaborados dois tipos de questionários semiestruturados: o primeiro voltado para frequentadores das praças e/ou moradores da Região e o segundo para as pessoas em situação de rua que utilizam esses locais para dormir e, além disso, estabelecer seus lócus de reprodução social.

Em um último momento, buscamos informações nos albergues e abrigos municipais de Belo Horizonte, através da metodologia de imersão em campo, a intenção foi obter informações tanto dos frequentadores, quanto dos funcionários do estabelecimento, visando respostas mais sinceras sobre as dificuldades enfrentadas nestes espaços. A técnica foi estendida tanto ao restaurante popular, quanto aos postos de saúde da Rede SUS. Sua necessidade de aplicação foi informada pelos próprios entrevistados ao longo do decorrer do projeto.

Utilizando a técnica de “Olhar, ouvir e escrever” exposta por OLIVEIRA (1993), em que olhar e ouvir são percepções da realidade, focalizadas na pesquisa empírica, buscamos analisar não apenas dados quantitativos seguindo um roteiro pré-estabelecido de perguntas e análise de dados, além disso, procuramos entender através de elementos da memória e da história oral um pouco da historicidade do entrevistado, sua trajetória de vida e quais foram as causas a curto e longo prazo que o levaram à condição atual.

Dentro desta perspectiva utilizamos, também, estudos de Paulo Freire (1981) a respeito de como se colocar como entrevistador/pesquisador. Em seu texto “Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação” Paulo Freire deixa firme e claro que, como entrevistadores/pesquisadores, não podemos interferir de forma pretensiosa, arrogante, determinante e com imposição de hierarquia em relação ao entrevistado. Segundo o autor a relação entrevistador/entrevistado deve ser embasada por uma perspectiva dialética, de trocas e aprendizados entre as partes, sem imposição. (FREIRE,1981)

O estudo também investigou as perspectivas da população em situação de rua acerca das políticas públicas voltadas para trabalho e geração de renda, educação, lazer e problemas psicológicos causados por desestabilidade financeira ou familiar, acentuados pelo uso de álcool e outras drogas. Foi trabalhada a representação no sentido lefebvriano, em que o objeto de estudo tratou das representações produzidas e reproduzidas pelos excluídos, na sua vida social, pois, mesmo com a ausência de elementos que compõem seu cotidiano, eles possuem a representação destes. Sendo assim, os eixos: trabalho, família e lazer, mesmo quando não

perceptíveis, foram tratados pelas suas representações, ou seja, seus substitutos da presença na ausência. Segundo Michael Pollak (1989), as discussões relativas à memória “são permeadas por silêncios e esquecimentos”.

O áudio das entrevistas foi gravado e as transcrições foram feitas na íntegra, a identidade dos entrevistados somente foi revelada com autorização prévia, caso contrário apenas as iniciais do seu nome constarão nas citações. A metodologia aplicada para relacionar as transcrições das entrevistas com a bibliografia utilizada consiste na repetição do ato de escrever e reescrever, aperfeiçoando o texto do ponto de vista formal, buscando explicar o significado de gírias e expressões amplamente utilizadas nesse universo, aprofundando a análise e consolidando argumentos. Segundo Oliveira:

O ato de escrever e o de pensar são de tal forma solidários entre si que, juntos, formam praticamente um mesmo ato cognitivo. Isso significa que, nesse caso, o texto não espera que seu autor tenha todas as respostas para, só então, poder ser iniciado. (OLIVEIRA, 1993, p.16)

Diante disto, o projeto desenvolvido buscou integrar as perspectivas de famílias em situação de rua ocupante das praças e espaços públicos das Regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte, juntamente com os elementos da observação de campo; perspectivas dos usuários e funcionários dos abrigos municipais; consulta bibliográfica acerca do processo de urbanização e segregação socioespacial histórica do município; dados do 3º Censo de população em situação de rua, realizado pela PBH; cartilhas das políticas públicas voltadas para esta população, além de consulta a mapas e gráficos do IBGE e do Museu Histórico Abílio Barreto relacionados ao tema.

## **2.1 A História Oral**

A história oral é tão antiga quanto a própria história (THOMPSON, 1992). Thompson (1992) descreve como o século XIX vivenciou o crescimento da especialização profissional e fragmentação do conhecimento, o que compartimentou “construção de teoria social” e “análise histórica” em disciplinas distintas. Esse fato, juntamente com o *status* social adquiridos pelos acadêmicos que, cada vez mais, se trancavam em seus gabinetes e se afastavam do povo, contribuíram para a supervalorização de fontes documentais e subvalorização da memória coletiva como fontes de verdades.

Segundo o mesmo autor, o século XIX foi marcado pela emergência de uma tradição documental como a disciplina fundamental de uma nova história profissional, que tem suas

raízes no ceticismo negativista do Iluminismo. Esse isolamento do mundo social, que é considerado muitas vezes uma virtude profissional, se esconde atrás da máscara da neutralidade objetiva (THOMPSON, 1992), que não passa de uma falácia: não existe ciência neutra, pois ela é produzida por homens cujas concepções de mundo nunca são neutras.

Como lembrado por A. J. P. Taylor, esse tipo de pesquisador “tende a esquecer que as fontes que tanto estima constituem uma coletânea casual, que sobreviveu à devastação do tempo e que o arquivista permite ver.” (THOMPSON, 1992). Na realidade, essa coletânea não tem nada de casual: as fontes documentais remanescentes são aquelas que as classes dominantes permitiram que sobrevivessem ao longo do tempo da história.

Em seu livro “O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil”, José de Souza Martins entrevista crianças sobre os processos migratórios de suas famílias no Brasil, além de abordar questões como trabalho e lazer. Este autor afirma a necessidade de ouvirmos os “silenciosos”, “os que não falam”. Segundo ele: “O silêncio é submissão, complacência, desigualdade” e está relacionado com “Poder”. Os informantes muitas vezes descartados é que dão visibilidade aos personagens, categorias e regras envolventes do processo de exclusão. (MARTINS, 1991)

De acordo com FERREIRA (2013), a História Oral tem o objetivo de ampliar as vozes dos excluídos e marginalizados, levando-as ao espaço público, tornando-se, portanto, objeto de ação política. Nesse sentido, o uso das gírias, “trajetórias de vida”, relatos de uma realidade vivenciada em outras épocas fazem parte da narrativa, ou seja, representar os entrevistados com sua linguagem própria, com sua subjetividade, tem como objetivo a socialização das vozes dos excluídos, para que seu eco seja uma oportunidade efetiva de resolução dos problemas enfrentados por seus narradores. (FERREIRA, 2013)

Porém, devemos destacar que por mais detalhista que seja a entrevista realizada por meio de transcrição, certos elementos nunca poderão ser absorvidos pelo pesquisador. De acordo com DE FREITAS (2006): “A desvantagem da transcrição de uma entrevista é que essa, de uma certa forma, impede a percepção de elementos importantes como o tom, a velocidade da voz, as pausas, as lágrimas, etc.” (DE FREITAS, 2006, p. 99-100)

O historiador Jules Michelet utilizava amplamente a história oral em seus trabalhos, com a intenção de “contrabalancear a evidência dos documentos oficiais com o julgamento político das tradições populares.” (THOMPSON, 1992). O autor alegava que “depois da conversa com homens de gênio e de profunda erudição, a conversa com o povo é certamente a mais instrutiva.” e que “minha investigação entre documentos *vivos* ensinou-me muita coisa que não se encontra em nossas estatísticas. (...) Dificilmente se dará crédito à massa de

informação que consegui obter desse modo e que não se encontra em nenhum livro.” (MICHELET *apud*. Thompson, 1992, p.72). Nesse sentido, nos termos de Paulo Freire, a história oral tem a função de contar a história pelo ponto de vista dos “oprimidos”, uma vez que, nos documentos oficiais, sempre prevalecerá a versão dos “opressores”.

Sendo assim, o presente trabalho utilizará a história oral de vida de pessoas em situação de rua para contrabalancear os dados oficiais do governo sobre as políticas públicas que de fato chegam a essa população. Nas entrevistas abertas, essas pessoas serão convidadas a refletir sobre suas condições de vida na atualidade e no passado, bem como sobre as estratégias utilizadas para sobreviver em tais condições.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS: EMANCIPAÇÃO OU SUJEIÇÃO?**

De acordo com a Política Nacional para População de Rua – Decreto Federal 7053/2009, que complementa a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de 1993, que regulamentou os Artigos 203 e 204 da Constituição Federal “reconhecendo a Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado, além de garantir a universalização dos direitos sociais”, a cidade de Belo Horizonte conta com serviços especializados para o atendimento da sua população em situação de rua:

**Creas** (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), presente nas nove regionais administrativas de Belo Horizonte, atende indivíduos que sofreram violação de seus direitos e possui três frentes de trabalho: Serviço Especializado de Apoio à Família e à Pessoa em Situação de Violência, Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medidas (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços Comunitários) e Serviço Especializado de Abordagem Social nas Ruas.

**Serviço de Abordagem Social nas Ruas** – Executado em parceria com a Providência Nossa Senhora da Conceição, integra o Creas e também está localizado nas nove regionais administrativas da cidade. É composto por uma equipe técnica que aborda a população na rua diariamente, realiza um pré-diagnóstico e, a partir da criação de vínculos com o usuário, propõe encaminhamentos de acordo com as demandas e interesses do mesmo.

**Centro de Referência da População de Rua** – Atende o público adulto acima de 18 anos e recebe, em média, 130 pessoas por dia. O espaço é aberto para que os usuários possam tomar banho e lavar suas roupas. O Centro também é conhecido como Centro Pop e conta com um telecentro que permite acesso à internet, possui guarda-volumes e telefone para contato com familiares e serve também como endereço de referência.

### 3.1 Moradia

Segundo dados do site da Prefeitura de Belo Horizonte, a cidade conta com cinco abrigos municipais voltados para atendimento à população em situação de rua. São eles:

**República Maria Maria** - O abrigo oferece atendimento integral, alimentação, higienização, atividades de socialização e acompanhamento socioassistencial para 40 mulheres, entre 18 a 59 anos que se encontram em situação de rua. Está localizado na Rua Ubá, número 1, no Bairro Lagoinha.

**República Reviver** – Oferece acompanhamento socioassistencial, alimentação, além de encaminhamento para outras políticas como saúde e educação e para o mercado de trabalho. Homens acima de 18 anos podem ser abrigados por um período de até um ano e meio e, durante esse tempo, cumprem responsabilidades como organização e limpeza da casa. O abrigo está localizado na Rua Varginha, 244, Bairro Floresta.

**Abriço São Paulo** – Com capacidade para 150 pessoas, o abrigo acolhe tanto homens quanto mulheres, migrantes e famílias oriundas de área de risco geológico. Oferece pernoite, alimentação, higienização e atendimento socioassistencial. Fica localizado na Rua Elétron, 100, Bairro Primeiro de Maio.

**Abriço Pompéia** – Recebe famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social que necessitam de acolhimento institucional, em caráter temporário, encaminhadas pelos serviços de atendimento à população de rua da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Possui capacidade para atender 32 famílias em cômodos individualizados. Localiza-se na Rua Coronel Otávio Diniz, 29, Bairro Pompéia.

**Serviço de Acolhimento Institucional para a População de Rua e Migrante** – Localizado na Rua Conselheiro Rocha, 351, no Bairro Floresta. (FIGURA 1) O abrigo possui capacidade para 400 pessoas, sendo 320 vagas para homens acima de 18 anos que vivem nas ruas e as outras 80 vagas são destinadas para os migrantes que se encontram nessa situação.

Em outubro de 2017 visitamos o Serviço de Acolhimento Institucional para a População de rua e Migrante, também conhecido pelos seus usuários por “Albergue Municipal Tia Branca”, localizado na Região Leste de Belo Horizonte, a fim de ouvir de seus funcionários e usuários um pouco da rotina da Casa, assim como sua estrutura física, quais os serviços oferecidos, parcerias, história da instituição e os principais problemas enfrentados, além de avaliações sobre a efetividade dessa política para a população em situação de rua.



Figura 1 - Serviço de Acolhimento Institucional para a população de Rua e Migrante (Albergue Tia Branca).  
Fonte: (Foto: Gladyston Rodrigues/EM/D.A PRESS, 2017)

O Albergue existe há 25 anos e começou como uma Associação espírita situada no bairro Lagoinha que atendia a população em seu entorno. Segundo informações de uma funcionária que nos atendeu, no dia 25/03/1992 foi inaugurado o Albergue Municipal. Relacionado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sua finalidade era atender a população adulta de rua de Belo Horizonte em regime de pernoite. Nos primeiros anos de sua existência já atendia 300 usuários por noite, oferecendo acolhimento, banho, jantar, pernoite e café da manhã. Os serviços oferecidos contribuíam com saúde e segurança pública, propiciando a higienização pessoal, serviços sanitários e alimentação. Não era exigida documentação e priorizavam-se o atendimento aos excluídos sociais. O serviço social do Albergue sempre teve como proposta de trabalho o acolhimento e o acompanhamento dos casos que exigem especificidade tanto do ponto de vista da escuta, quanto desdobramentos que viabilizem a reintegração social, jurídica e cultural dos usuários. No dia 29 de julho de 2010 o Albergue ganhou novas instalações no bairro Floresta e a partir de então passou a atender também o público migrante. Nesse momento o Albergue passou a atender 320 pessoas em situação de rua e 80 migrantes, como acontece até os dias atuais.

Segundo a funcionária, o albergue funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana e possui 67 funcionários, oferece atendimento emergencial, pernoite, banho, guarda-volumes, jantar e café da manhã, além do atendimento socioassistencial das 7h até as 21h. Sobre a rotina da Instituição, ela diz que

A rotina é essa, o pessoal fica atendendo o dia inteiro na recepção, para ver se a pessoa vai poder ficar ou não, encaminhar pra algum benefício, da saúde, educação, algum

curso, fazer uma ligação, um vale-transporte, um emprego... Ele vai entrar aqui a partir das 17:30h, primeiro os idosos e às 18h o restante do pessoal. Aí eles entram, tomam banho, jantam, pernoitam, acordam e tomam café. A janta é fornecida pelo Restaurante Popular, o nosso sistema aqui de refeitório é igual ao do Restaurante Popular.

Quanto à estrutura, a Instituição conta com um refeitório grande, 5 salas de atendimento social, 5 salas de escritório, uma sala onde é guardada a documentação dos usuários e seus medicamentos, um pátio externo, um auditório grande com televisão (FIGURA 2), o espaço de triagem, 33 quartos com beliches (FIGURA 3), 12 banheiros com 54 chuveiros (FIGURA 4) e vasos sanitários, espaço de barbearia (FIGURA 5), além de camas baixas, acessíveis para pessoas que tenham alguma dificuldade de locomoção, assim como um elevador.

Os recursos financeiros são cedidos exclusivamente pela Prefeitura de Belo Horizonte, porém, a Casa também conta com grupos de voluntários, como o grupo Tio Flávio Cultural, que oferece atividades e oficinas diversas para os usuários há mais de um ano, como nos informou a funcionária.

A funcionária do Albergue Tia Branca nos contou um pouco sobre o aumento no número de migrantes em situação de rua em Belo Horizonte após a Copa do Mundo de 2014, sob promessas de emprego na cidade. Nos informou também sobre a existência de um Centro Pop, referência para a população de rua, que divide o espaço com o albergue durante o período do dia.

O banco de dados da Instituição conta com 33 mil pessoas cadastradas, sendo estas encaminhadas muitas vezes para o Centro de Saúde Carlos Chagas, referência no atendimento ao morador de rua, aos CERSAM, além de ter uma rede de terapeutas consolidada, “atendendo efetivamente quase 100% dos casos”, como nos informou a funcionária.

Atualmente o Albergue contrata um serviço de lavanderia para a limpeza da “roupa de cama”, diminuindo o problema dos percevejos, relatado por alguns usuários entrevistados na fila de entrada. O Centro Pop oferece um espaço para os usuários lavarem suas roupas, lanche no período da tarde, além de oficinas ao longo do dia no seu pátio externo.





Figura 2 - Auditório com televisão.  
Fonte: Própria (2017)



Figura 3 - Beliches de um dos quartos equipado com alguns colchões novos.  
Fonte: Própria (2017)



Figura 4 - Chuveiros do Albergue (Protegidos por uma estrutura de metal que visa evitar seu furto).  
Fonte: Própria (2017)



Figura 5 - Espaço de barbearia utilizado por uma ONG parceira do Abrigo.  
Fonte: Própria (2017)

Sobre os problemas enfrentados no cotidiano, a funcionária nos disse que o número de brigas é relativamente baixo, se comparado à quantidade de pessoas que utilizam o espaço; o problema da manutenção dos chuveiros é uma questão recorrente, sendo que muitos deles queimam devido ao uso intenso e que o maior problema existente é a própria multidimensionalidade da situação de rua, uma vez que, segundo ela:

Tem gente que chega aqui com a questão da dependência química, a questão de ter perdido todos os contatos, mas às vezes a família não tá sabendo, as vezes ele não quer que a família saiba que ele tá aqui. A situação é uma situação que todo dia é um desafio.

Sobre possíveis problemas relacionados ao uso de bebidas, ela nos esclarece que

A gente pede para não fazer o uso de bebida alcoólica ou algum outro tipo de substância aqui dentro, mas por exemplo, chega gente aqui alcoolizada, isso é normal, mas a gente tenta evitar que uma pessoa entre muito agitada, então a gente pede para aguardar, depois que todo mundo entrou, se a pessoa tá beleza, dá para entrar, a gente

libera pra entrar. A gente tem os monitores que prestam a mediação de conflitos e tem a guarda Municipal, eles dão o apoio também para a gente.

Após jantarem e tomarem banho, os usuários têm que apagar as luzes e ir para as camas até as 22h, não é permitido entrar nem sair do Albergue após esse período, a não ser em casos especiais. O café da manhã é servido entre 6 e 7 horas da manhã e após esse horário todas as pessoas devem sair da Casa levando também seus pertences.

Quando indagada sobre possíveis sugestões para a problemática da situação de rua em Belo Horizonte, a funcionária do Albergue nos apontou algumas saídas, como por exemplo, “Criação de vestiários e banheiros nas praças; instalação de guarda-volumes nos espaços da cidade; mais Centros Pops, um trabalho de sensibilização de empresários para poder gerar mais vagas de emprego para pessoas em situação de rua; abertura do Restaurante Popular aos sábados, domingos e feriados e criação de mais vagas em abrigos.” Porém, se mostrou desanimada quanto à criação de tantas medidas assistenciais na cidade, uma vez que, como concluiu: “a própria situação já vai moldando o modo de vida deles”.

A questão da moradia é um ponto importante a ser discutido neste contexto, uma vez que, segundo os entrevistados que evitam este tipo de amparo institucional, nos abrigos e albergues públicos, existem regras rígidas quanto ao horário de entrada e saída, furtos de pertences e casos de estupro são frequentes, companheiros héteros ou homossexuais não podem dormir juntos, não aceitam animais de estimação, as condições de higiene dos dormitórios são precárias, além de muitas vezes ocorrerem situações de desrespeito e preconceito por parte dos funcionários.

Em seu livro “Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida de excluídos” NASSER (2001) realizou 28 entrevistas com usuários de um Albergue de São Paulo. Segundo esta autora, os albergues e abrigos representam uma via institucional para a reintegração social destas pessoas, diferenciando-os das pessoas que moram nas ruas. Em suas observações na Instituição concluiu que “no Albergue, só se prevê o lazer de ler, conversar e fumar, em horários estabelecidos, e também não se propiciam condições para que outras formas de lazer possam ser exercidas fora dali.” (NASSER, 2001)

Assim, sob a perspectiva de Lefebvre, podemos entender porque muitas vezes essas pessoas preferem ocupar os espaços públicos ao invés de pernoitar em abrigos, uma vez que as regras dos albergues delimitam temporal e espacialmente sua mobilidade dentro e fora da Instituição. Segundo este autor: “O ser humano (não dizemos 'o homem') só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira.” (LEFEBVRE, 2004)

### 3.2 Saúde

A cidade de Belo Horizonte conta com 47 Centros de Saúde, um deles, o Centro de Saúde Carlos Chagas é referência no atendimento à população de rua. Além disso, existem quatro equipes de Consultório na Rua, onde abordagens são feitas com o intuito de identificar possíveis problemas de saúde da população que se recusa ir até os Centros. Existem ainda 07 Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAM); 03 Centros de Referência em Saúde Mental - Álcool e Outras Drogas (CERSAM-AD) e 09 Centros de Convivência.

Os maiores problemas de saúde relatados pelos entrevistados são as chamadas “zicas”, micoses e outras doenças de pele, ocasionados pelo contato com ambientes insalubres, além de parasitas como piolhos e carrapatos, adquiridos por vezes por seus animais de estimação e transmitidos para o grupo. Também foram relatados problemas de Hipertensão, Diabetes, problemas de visão/cegueira, problemas dentários e DSTs. Muitas vezes estas pessoas se recusam a ir aos postos de saúde do SUS, tratando seus males a partir do conhecimento adquirido e reproduzido no seu cotidiano, uma vez que, acontecem situações de desrespeito por parte dos funcionários dos postos, como relata Juliano: “Eu só vou no posto quando não tem jeito mesmo, não gosto de ir lá não, parece que eles não gosta da gente.” (Juliano – Catador de material reciclável)

Cibele (35 anos) relatou que sofre de constantes inflamações na gengiva, devido ao uso do *crack* e cigarros de fumo de rolo, consumidos excessivamente por ela e seu companheiro. Segundo ela:

A menina ali de cima disse que ia me levar no dentista, pra tratar meus dentes, ver se tem jeito, né? Ou então tirar tudo e colocar uma dentadura. Não tem jeito não, o cachimbo apodrece a gengiva, pra dar um jeito eu uso é óleo de motor mesmo (...) Só passar o óleo na raiz que rapidim o dente solta. Se for esperar pra ir no dentista, morro de dor. (CIBELE, 35 anos)

### 3.3 Alimentação

Através do Decreto nº 14.374/11 e da Lei Municipal nº 10.264/2011, a população em situação de rua tem direito à alimentação gratuita nos restaurantes populares de Belo Horizonte, porém, é necessário o cadastramento no CADÚnico junto à PBH. Devido ao estamento burocrático e à falta de documentos necessários para o cadastro, muitas pessoas deixam de utilizar este benefício, dependendo, na maioria das vezes, de alimentos doados por ONGs, instituições de caridade, comerciantes e moradores locais.

O acesso aos documentos básicos para direito aos programas sociais governamentais torna-se um elemento impeditivo para a população em situação de rua, pois muitas vezes estas

peças perderam suas certidões originais no seu processo de deslocamento, assim como nas remoções e retiradas de pertences realizados pelos agentes da PBH. Como grande parte destas pessoas não é alfabetizada, possuem problemas psicológicos ou evitam contatos com órgãos públicos, por problemas judiciais ou até mesmo sentimento de vergonha, devido ao preconceito dos funcionários isto se torna um problema recorrente.

Podemos perceber essas dificuldades nos relatos dos usuários em situação de rua entrevistados em outubro de 2017, no Restaurante Popular I – Herbert de Souza, que oferece café da manhã, almoço e janta a “preços populares”. Segundo os informantes: “*Eu nunca consegui comer de graça aqui não, nem sei onde faz o cadastro.*” Ou ainda: “Quando eu tinha o cartão do bolsa-família eu pagava só R\$1,50, mas agora que eu perdi ele tenho que pagar R\$3,00, tentei falar isso lá, mas eles falaram que tem que ter o cartão.”

Os beneficiários de programas sociais têm atendimento separado dos demais usuários do restaurante, fator impeditivo para acesso rápido à alimentação, uma vez que a fila do caixa se encontra “abarrota” na maioria das vezes. Como nos relatou um de nossos entrevistados na fila para o almoço: “Eu tenho o cadastro aqui, mas prefiro pagar os três reais, o caixa de quem tem o cadastro só fica cheio e a fila demora muito pra andar, se eu tiver dinheiro eu prefiro pagar.”

Para um cidadão de classe média, que possui uma renda estável, a quantia de R\$3,00 parece irrisória para se ter direito a uma alimentação nutritiva, como foi confirmado pelos entrevistados, porém, na situação de rua, algumas vezes acumular este *quantum* monetário pode ser encarado como um trabalho hercúleo, como buscaremos demonstrar no capítulo 5.

#### **4. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Segundo Teresa Pires do Rio Caldeira, a segregação socioespacial é uma característica das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são padrões de diferenciação social e de separação. Segundo esta autora: “Ao transformar a paisagem urbana, as estratégias de segurança dos cidadãos também afetam os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todos os espaços públicos”. (DO RIO CALDEIRA, 2000, p. 301)

A cidade de Belo Horizonte foi planejada em um período em que medidas higienistas eram adotadas nos principais centros urbanos do país. As desordens sociais eram associadas a doenças, sujeira e promiscuidade, logo, associadas ao crime. Sendo assim, as políticas públicas praticadas se relacionavam muitas vezes com medidas de saneamento e controle social, gerando revolta nas camadas mais pobres da população.

Podemos observar que esta população, na maioria das vezes, foi confundida com o que Sidney Chalhoub, em seu livro *Cidade Febril*, define como “classes perigosas”. Neste livro, o autor trata a questão da erradicação dos cortiços cariocas no fim do século XIX e as verdadeiras intenções do poder público nessas ações. Segundo ele:

O principal inconveniente dos cortiços estaria na “ameaça constante aos moradores próximos”; isto é, a utilidade do projeto não se assentaria na melhoria das condições de vida das classes populares em si, mas na vantagem de torná-las menos perigosas para a classe dominante. (CHALHOUB, 2006, p.53)

De acordo com Mapas consultados no Museu de Histórico Abílio Barreto em agosto de 2017 é possível concluir que a cidade de Belo Horizonte foi planejada a partir do padrão Centro-Periferia, em que as classes sociais são separadas. Os Ricos e a Classe Média ocupam as áreas centrais e utilizam automóveis para se deslocar pela cidade, enquanto a classe trabalhadora ocupa as periferias e utiliza o transporte público no seu cotidiano. O padrão Centro-Periferia ainda é observado na forma urbana de Belo Horizonte, porém, os processos que produziram esse padrão mudaram, ocasionando em outros tipos de espaços e formas de distribuição das classes sociais.

No contexto atual, a população se tornou compulsiva por segurança e os ricos estão deixando o centro para habitar regiões mais distantes, antes ocupadas pela população de classe baixa, ocasionando, assim, o que Teresa Pires do Rio Caldeira chama de “Coexistência de pobreza e riqueza” (DO RIO CALDEIRA, 2000). Podemos perceber este fenômeno em bairros como Belvedere e Mangabeiras, ambos da Região Sul de Belo Horizonte, onde favelas e moradias improvisadas e muitas vezes construídas ilegalmente disputam espaço com mansões e condomínios fechados.

Em seu livro: “Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo”, Teresa Pires do Rio Caldeira analisa situações semelhantes às de Belo Horizonte em cidades como São Paulo, Los Angeles e Brasília. Segundo esta autora: “Diferentes classes sociais vivem mais próximas umas das outras em algumas áreas, mas são mantidas separadas por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle”. A autora identifica estas áreas como “enclaves fortificados” e afirma que “são voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente” (...) “Cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade”. Neste sentido, isolamento, vigilância e restrição são transformados em símbolos de status. (DO RIO CALDEIRA, 2000, p.259)

Segundo a autora:

Os novos sistemas de segurança não só oferecem proteção contra o crime, mas também criam espaços segregados nos quais a exclusão é cuidadosa e rigorosamente praticada. Eles asseguram “o direito de não ser incomodado”, provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais, mendigos e sem-teto. (DO RIO CALDEIRA, 2000, p. 267)

Na metropolização de Belo Horizonte a população em situação de rua recebe o ônus da segregação socioespacial, pois os espaços públicos são construídos de forma a privar sua ocupação contínua por pessoas que habitam as ruas. De acordo com Teresa Pires do Rio Caldeira (2000) “as cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial, e seus espaços são apropriados de maneiras bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social.” (DO RIO CALDEIRA, 2000, p. 303)

Analisando as ações urbanísticas de Belo Horizonte durante a última década, podemos perceber que na maioria das vezes favorecem o mercado imobiliário e corporativo, assim como a implementação de projetos de privatização da gestão dos serviços urbanos. Neste contexto o que acontece são remoções de pessoas de espaços públicos através da Guarda Municipal e Polícia Militar, retirada de seus pertences por parte dos Fiscais da Prefeitura, políticas ineficazes de habitação, saúde e alimentação.

A cidade de Belo Horizonte tem promovido na última década políticas de *gentrificação*, principalmente na sua área central. A gentrificação de uma área urbana pode ser entendida como seu “enobrecimento”, um “aburguesamento” da região, em mudança do perfil socioeconômico e cultural de seus moradores. Segundo Harvey (2013) quando pessoas pobres vivem em espaços urbanos valorizados ou com certo potencial de valorização, não permanecerão ali por muito tempo, elas serão despejadas de seus lotes e de suas habitações por meio de ação “legal” do Estado, como a desapropriação ou realocação em bairros e moradias populares, ou mesmo ilegal, como um incêndio criminoso, por exemplo. (HARVEY, 2013)

O processo de gentrificação também produz novas estratégias urbanísticas para a cidade, como é o caso da chamada *Arquitetura hostil* ou *Arquitetura antimendigo*. Exemplos dessa arquitetura são os famosos bancos *Camdem* ou *antimendigos* criados em Londres e amplamente difundidos em diversos centros urbanos do mundo, espaços gramados onde é “proibido pisar na grama”, divisórias nos bancos de espera de ônibus, bancos individualizados (FIGURA 6), pedras embaixo de passarelas, “chuveirinhos” nos jardins públicos, “colchões de pedra”, medidas que na maioria das vezes são justificadas por seus executores como obras progressistas, porém, na maioria das vezes, trata-se de um design urbano exclusivo e excludente, que visa evitar a presença e ocupação por pessoas indesejadas, como skatistas, casais de namorados e principalmente a população em situação de rua.

Entre os problemas relatados pela população em situação de rua entrevistada, podemos destacar os métodos abusivos de abordagem por parte dos agentes da PBH, como repressão violenta e retirada de seus pertences, além de situações de preconceito e racismo, exemplos de desrespeito aos direitos da dignidade da pessoa humana, ao direito de propriedade, entre outros.



Figura 6 - Bancos de ônibus individualizados que apesar de possuírem design moderno, impedem que a pessoa em situação de rua utilize-os para dormir.  
Fonte: Própria (2017)

Em contato inicial com alguns moradores das praças das Regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte, podemos entender alguns dos aspectos que levaram a pessoa até a situação atual, além de percebermos conflitos e formas de resistência que fazem parte do seu dia a dia. Segundo Cibele, catadora de material reciclável, que “vive na rua” há aproximadamente 20 anos: *“Eu nasci em São Paulo, já vivi na crackolândia, fui internada em Ribeirão Preto, cheguei em BH junto com o crack. Nós é angu de caroço!”* (Cibele, 35 anos)

WACQUANT (2007) distingue três estratégias que as sociedades contemporâneas dispõem para tratar as condições e as condutas que julgam indesejáveis, ofensivas ou ameaçadoras. A primeira consiste na *socIALIZAÇÃO*, isto é, agir no nível das estruturas e dos mecanismos coletivos que as produzem e as reproduzem. Deve-se construir ou subvencionar alojamento, ou ainda assegurar-lhes um emprego ou um rendimento que lhes permita encontrar



um refúgio no mercado habitacional. A segunda estratégia é a *medicalização*, isto é, considerar que uma pessoa vive nas ruas porque sofre de dependência ao álcool, é viciada em drogas, ou tem algum problema de saúde mental, e, portanto, deve ser tratada por profissionais da saúde. A terceira estratégia é a “penalização”. O morador de rua é taxado como delinqüente e tratado como tal, ele deixa de integrar o contingente dos “sem-teto” quando é colocado na cadeia. A penalização, desta forma, se torna uma *técnica para a invisibilização dos “problemas sociais”*. (WACQUANT, 2007)

MATTOS (2004) aponta algumas representações sociais e sentimentos pejorativos e, por vezes, antagônicos a que estão sujeitas as pessoas em situação de rua:

Alguns as vêem como perigosas, apressam o passo. Outros logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar, olhando-as com hostilidade. Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedido de esmola, ou mesmo por pré conceberem que são pessoas sujas e mal cheirosas. Há também aqueles que delas sentem pena e olham-nas com comoção ou piedade. Enfim, é comum negligenciarmos involuntariamente o contato com elas. Habitados com suas presenças, parece que estamos dessensibilizados em relação à sua condição (sub) humana. Em atitude mais violenta, alguns chegam a xingá-las e até mesmo agredi-las ou queimá-las, como em alguns lamentáveis casos noticiados pela imprensa. (MATTOS, 2004)

Sendo assim, à luz das contribuições de Boaventura de Souza Santos (2003) sobre garantia de direitos, o princípio da igualdade deve ser prosseguido de par com o princípio do reconhecimento da diferença. Desta maneira, a perspectiva do “morador de rua” e a especificidade de suas necessidades são fundamentais para a elaboração das políticas às quais tenha direito, além da maneira pela qual a cidade é planejada. Segundo este autor “é necessária a aceitação do seguinte imperativo transcultural: temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”. (SANTOS, 2003)

Ainda sobre a garantia de Direitos Básicos, Lopez (2012) afirma que:

A perspectiva do direito supera a das necessidades e tem como características a sua inalienabilidade (direitos intransferível e inegociável), irrenunciabilidade (não se pode renunciar a direitos fundamentais) e exigibilidade (capacidade de exigência do direito) e determina a obrigação de garantia por parte do Estado. (LOPEZ, 2012)

Desta maneira, a arquitetura modernista além de se tornar símbolo de status para a classe alta, se transformou em um dos principais meios de produzir a segregação na e da cidade. Sobre as ruas projetadas de Brasília, voltadas para o tráfego de veículos, além da ausência de calçadas, Teresa Pires afirma que: “Ao destruir a rua como espaço para a vida pública, o

planejamento modernista também minou a diversidade urbana e a possibilidade de coexistência de diferenças.” (DO RIO CALDEIRA, 2000, p. 311)

#### **4.1 As “quebradas” das Regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte**

O processo de gentrificação de algumas áreas de Belo Horizonte, mencionado anteriormente, foi iniciado nas últimas décadas em bairros da Região Centro Sul da cidade, como no caso da Savassi, por exemplo (SILVA, 2014). Atualmente a Região Central da cidade, mais especificamente o chamado “Baixo Centro”, tem vivenciado esse processo. Após a Copa do Mundo de 2014, houve um grande investimento nessa Região, hotéis foram construídos, como por exemplo o Royal e o Golden Tulip, no Boulevard Arrudas, ambos com previsão de inauguração até o final de 2017, prédios antigos foram revitalizados e o Viaduto Santa Teresa, local tradicionalmente ocupado por pessoas em situação de rua e abandonado pelo poder público, foi reformado, tomando destaque na cena cultural da cidade.

Bairros antigos próximos ao centro da cidade como o Lagoinha, Santa Tereza e Santa Efigênia, que historicamente serviram de morada para diversas pessoas em situação de rua, além de possuírem várias ocupações urbanas antigas, como é o caso dos prédios das “Torres Gêmeas”, localizado no Bairro Santa Tereza e ocupado desde meados de 1995 por mais de 150 famílias em situação de vulnerabilidade, recentemente removidas sem a devida indenização (COMITÊS POPULARES DA COPA, 2012), também têm sido afetados pelas novas estratégias urbanísticas da cidade, voltadas para a classe média, suas avenidas principais tem sido alargadas, como exemplo podemos citar o alargamento da avenida Antônio Carlos para a instalação do sistema de transporte do BRT nos anos 2013 e 2014, shopping centers são construídos, como o Boulevard Shopping, inaugurado no ano de 2010, localizado no Bairro Santa Efigênia, assim como suas casas e comércios têm contado cada vez mais com sistemas de segurança sofisticados, gerando, assim, segregação socioespacial, como mencionado nos capítulos anteriores.

Desta maneira, o processo de gentrificação e aburguesamento das áreas Centro Sul e Central, juntamente com o surgimento dos “enclaves fortificados” na Região Sul e a reorganização espacial em bairros antigos próximos do centro de Belo Horizonte fazem com que um contingente de pessoas em situação de rua migre para outras áreas da cidade. Podemos perceber esse fenômeno na fala dos entrevistados: “Antes eu catava papelão era na Savassi e ralava de flanelinha no centro, (...) eu dormia no carrinho mesmo, mas aí agora os homi fica em cima, só deixa quem tem autorização, aí fico mais aqui”. (Alexandre, catador de material reciclável)

David Snow e Leon Anderson em seu livro “Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua” distinguem o espaço ocupado pela população de rua, objeto de seus estudos, como “marginal”, segundo estes autores:

O espaço marginal é cedido tanto intencional quanto involuntariamente aos sem-poder e sem-propriedade. É cedido intencionalmente com o propósito de contenção e controle (...) É cedido involuntariamente quando cidadãos domiciliados e agentes de controle dão pouca atenção a sua propriedade, seja ela pública ou privada. Mas a definição de espaço pode mudar tão rapidamente quanto a atenção pode mudar de foco. O espaço marginal pode dessa forma, ser rapidamente reconstituído como primário. (SNOW,1998, p. 172)

As Regiões Leste e Nordeste tornam-se então, supostamente, lugares ideais para essas pessoas se estabelecerem, uma vez que são constituídas de bairros de classe baixa e média, possuem espaços onde os encontros ainda são possíveis, além de serem mais próximas do centro da cidade do que os bairros periféricos da Região Norte, por exemplo, favorecendo principalmente o trabalho de catadores de material reciclável e vendedores ambulantes que necessitam ir ao centro com certa frequência. Através da fala de J.T., morador de rua que vende doces no sinal de trânsito, podemos perceber essa característica da Região Leste:

Todo dia eu tenho que ir no centro pra comprar as paçoca. Na maioria das vezes eu vou a pé mesmo, porque é perto, eu não gosto de dar *pulão* (não pagar a passagem) no ônibus não. Eu peço pro motorista, uns deixam por causa do meu cabelo branco, mas se mandar descer eu vou a pé mesmo. (J.T. 62 anos)

Além da localização existem outras características que favorecem as Regiões Leste e Nordeste para a realização da pesquisa, como o fato de possuírem vários depósitos de material reciclável, onde a maioria dos trabalhadores estão em situação de rua e muitas vezes dormem na porta do próprio depósito, além de três dos cinco abrigos oferecidos pela PBH se encontrarem nessas regiões.

As entrevistas foram realizadas no período noturno, próximo ou no próprio lugar onde as pessoas dormiam, variando entre colchões, colchonetes, papelões, bancos e gramados de praças, carrinhos de reciclagem e meio fios. Foi escolhida uma praça da Região Leste e uma da Região Nordeste de Belo Horizonte para o estudo, a escolha do segundo local foi sugerida pelos próprios informantes-chaves encontrados na primeira praça. Neste capítulo buscaremos descrever brevemente os ambientes ocupados pela população em situação de rua entrevistada na pesquisa.

**PRAÇA REPÚBLICA DO IRAQUE** - O primeiro local escolhido para as entrevistas foi a Praça República do Iraque, localizada na Região Leste de Belo Horizonte, na divisa entre

os bairros Sagrada Família e Cidade Nova, ambos de classe média. Trata-se de uma praça relativamente grande e possui três “ambientes”.

A parte superior da praça (FIGURA 7) fica ao lado de um famoso restaurante da região e normalmente é frequentada pelos clientes do restaurante, em sua maioria pessoas de classe média/alta, devido à beleza de seu jardim, cuidado pelos próprios funcionários do restaurante.



Figura 7 - Parte Superior da Praça República do Iraque, com destaque para o jardim, cuidado pelos funcionários do Restaurante vizinho.  
Fonte: Própria. (2017)

Na parte do meio da praça (FIGURA 8) existem aparelhos de ginástica instalados pela PBH, normalmente seus frequentadores variam entre jovens e idosos afim de usar os aparelhos ao longo do dia; ao redor dessa parte existe um banco de cimento, onde, no período noturno, jovens se encontram para beber, conversar e muitas vezes fazer fogueira no local.



Figura 8 - Parte do Meio da Praça República do Iraque e seus aparelhos de ginástica.  
Fonte: Própria. (2017)

A parte inferior da praça é o espaço menos cuidado pela prefeitura, o mato fica alto por longos períodos e existe um barranco em que entulhos de obras são despejados ilegalmente. O final da praça é o muro de um prédio de classe média, sendo que existe um acesso para a estrutura debaixo do seu estacionamento, transformando-o em uma excelente barreira física contra chuvas e ventos. Nesse local moram em média seis pessoas, que denominam a habitação de “Quebrada” (FIGURAS 9 e 10). Lembrando da efemeridade dessas pessoas, podemos afirmar que ao longo do período das entrevistas, todos os dias, dormiram não menos do que três e não mais do que oito pessoas nesse local.

A “Quebrada” possui quatro divisões de concreto, originadas da própria estrutura do estacionamento do prédio, fazendo com que exista uma divisão espacial por “compartimentos”. O primeiro compartimento é habitado por um casal a aproximadamente dois anos contínuos. Cibele (35 anos) e J. T. (62) dormem em uma cama com colchão, doada por moradores do bairro Sagrada família e guardam seus pertences em sacolas plásticas próximas à sua cama; na beira da cama também dormem seus animais de estimação: um cachorro e dois gatos.

O segundo compartimento é habitado por Juliano, jovem de 32 anos, que mora na “Quebrada” a aproximadamente cinco anos. A estrutura da cama de Juliano é mais precária que a de Cibele, sendo que ele conta apenas com um colchonete e alguns cobertores. A quantidade de pertences que possui também é menor do que a do casal e “ficam meio bagunçados”, como ele mesmo relatou.



Figura 9 - Primeiro "compartimento da Quebrada".  
Fonte: Própria (2017)



Figura 10 - Segundo "compartimento da Quebrada".  
Fonte: Própria (2017)

O terceiro compartimento possui alta rotatividade, sendo utilizado por diferentes pessoas, homens solteiros entre 25 e 70 anos, em diferentes períodos de tempo, variando entre um dia e dois meses (dados observados durante o período de três meses das entrevistas). Normalmente os habitantes deste lugar dormem em papelões e se cobrem com um cobertor, o uso de sacolas plásticas também é observado como forma de se protegerem do frio. Percebemos que este espaço é menos cuidado do que os outros e se localiza na parte de pior acesso, próximo ao último compartimento, local onde estas pessoas fazem suas necessidades fisiológicas e descartam seu lixo (FIGURA 11).



Figura 11 - Local onde os moradores da "Quebrada" descartam seu lixo e fazem suas necessidades fisiológicas.  
Fonte: Própria (2017)

O lixo produzido, na sua maioria das vezes, é constituído por restos de alimentos adquiridos na vizinhança, assim como, roupas, calçados e outras doações recebidas. Por vezes esse lixo é queimado pelos moradores da “Quebrada”, no intuito de evitar a proliferação de ratos e baratas, uma vez que, a PBH não faz a limpeza e manutenção efetiva do local, nem disponibiliza lixeiras nas partes do Meio e Inferior da Praça República do Iraque.

**PRAÇA TREZE DE MAIO** - O segundo local escolhido para as entrevistas foi a Praça Treze de Maio ou Praça do Preto Velho (FIGURA 12), localizada no Bairro Nova Floresta, Região Nordeste de Belo Horizonte. Trata-se de uma praça de tamanho muito menor do que a República do Iraque, de formato arredondado, com algumas mesas e bancos de cimento, um jardim sempre bem cuidado e algumas lixeiras, fazendo parte de uma “encruzilhada” entre seis ruas do bairro Nova Floresta. Seu apelido deve-se a uma estátua de um “Preto Velho”, fumando um cachimbo, localizada no centro da praça.

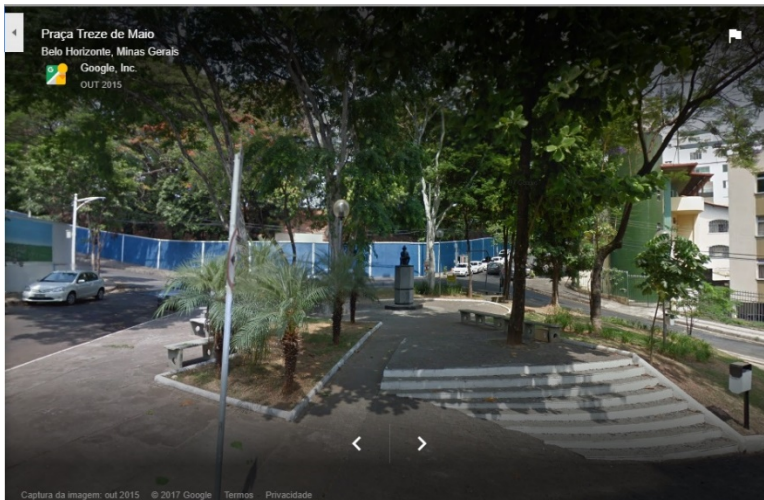


Figura 12 - Praça Treze de Maio (Praça do Preto Vêio) com a estátua de seu homônimo ao centro.  
Fonte: Imagem capturada do Google Maps<sup>2</sup>

A praça Treze de Maio é famosa na Região por ser palco de diversas manifestações religiosas relacionadas com a Umbanda. No dia 13 de maio, em comemoração ao dia de libertação dos escravos e de Nossa Senhora do Rosário, é comemorada, na praça, a Festa dos Pretos-Velhos. Trata-se de um evento importante para os praticantes de religiões de matriz africana da cidade de Belo Horizonte. A Praça transforma-se em um “Terreiro” com ritual completo de Umbanda, uso de incensos, pombas, orações e pontos cantados. Acontecem atividades de capoeira e samba de roda, barraquinhas vendem comidas e bebidas e, ao final do evento, a quem se interessar, passes são dados pelos Preto-Velhos presentes na festa.

<sup>2</sup> Acessível no Link: <https://www.google.com.br/maps/place/Pra%C3%A7a+Treze+de+Maio+-+Nova+Floresta,+Belo+Horizonte+-+MG,+31140-480/@-19.8951323,-43.9326702,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0xa69a13412c825b:0x1a138490ee316891!8m2!3d-19.8951374!4d-43.9304815>

Foram feitas cinco visitas à Praça para a realização da pesquisa, sendo que na primeira observamos a rotina de seus usuários e características do seu entorno. Nas outras quatro vezes que voltamos, realizamos entrevistas com pessoas em situação de rua que utilizam a praça para dormir, além de exercerem serviços de “flanelinha” ao longo do dia, devido ao número relativamente grande de pessoas que estacionam nas proximidades do local.

O entorno da praça é formado por prédios de classe média, alguns comércios como padarias e sorveterias e uma escola particular. Próximo da praça fica a Igreja São Judas Tadeu, de orientação católica, muito visitada todos os dias da semana, ficando na maioria das vezes cheia nas missas dos domingos. Muitas pessoas a fim de ir à Igreja estacionam seus carros próximo à praça, fazendo com que suas ruas sejam disputadas por vários “flanelinhas” em busca de algum “trocado” ao longo do dia.

Os moradores das proximidades também frequentam a praça durante o dia. Na sua maioria, tratam-se de pessoas idosas que utilizam os bancos para descansar, famílias brincam com suas crianças, além de muitos praticantes da Umbanda que levam “oferendas” à estátua do Preto-Velho.

Nas visitas à praça do Preto-Velho conversamos com Alexandre (32 anos) e Stanislau (51 anos). Na primeira vez, ambos se encontravam deitados nos bancos da praça, cada um no seu banco coberto por um papelão, se enrolava em um cobertor, guardando seus poucos pertences, pronto para dormir. Os dois se afirmaram “guardadores de carro” e “catadores”, tornando-se informantes de grande valia para a realização da pesquisa, como buscamos demonstrar nos próximos capítulos.

## **5. O MODO DE VIDA NA RUA**

O modo de vida da população em situação de rua que ocupa praças e outros espaços públicos da cidade é bastante peculiar: “A pessoa que vive marginalmente em relação às oportunidades econômicas tem escassa e limitada possibilidade de se tornar cidadã” (MARTINS, 1997); “A vida nas ruas é frequentemente permeada de um senso onipresente de incerteza. Não há garantias de que o que facilitou a sobrevivência hoje funcionará amanhã” (SNOW, 1998, p. 80). São excluídos das relações sociais mediadas pela igualdade e pelo direito, tendo, muitas vezes, que desenvolverem estratégias para enfrentar as dificuldades a que estão expostas ao longo do dia, criando assim redes de companheirismo entre eles próprios e interações com a comunidade e com o espaço ao entorno, relacionando a vivência do “lugar”, ao seu modo de reprodução social. Podemos perceber isto através das falas dos entrevistados:



“(...) o mais difícil aqui é conseguir água, às vezes tem que andar até na Igreja lá em cima, antes tinha torneira na praça, mas aí tiraram, aí já vou lá cedo e encho *os litro* (garrafas pet) pra beber e tomar banho. (...) quando tá frio a gente sofre mais, mas se o cara for *correria*, é só arrumar um papelão e sacode plástico pra cobrir, aí a gente fica até suado.” (J.T.)

As relações sociais que as pessoas em situação de rua estabelecem com o espaço<sup>3</sup> que ocupam geralmente estão relacionadas com a atividade laboral exercida ao longo do dia. Muitas pessoas realizam trabalhos informais como, por exemplo: lavadores de carro, vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, serviços de jardinagem, pintura e atuam de diversas maneiras na construção civil. Como normalmente não possuem escolaridade, têm sua mão de obra explorada, muitas vezes tendo que recorrer a pedir ajuda em pontos onde exista alto fluxo de pessoas, denominam essa atitude de “manguiar”, ou cometem pequenos delitos para sustentar o vício em álcool e outras drogas presentes por diversas vezes neste contexto. De acordo com Nasser, sobre as relações estabelecidas nestes espaços: As ruas podem ser consideradas como espaço de aprendizado de técnicas e estratégias de sobrevivência, assimiladas e transmitidas coletivamente para os novos integrantes do grupo. (NASSER, 2001)

Em seu brilhante livro “Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua”, David Snow e Leon Anderson fazem uma análise detalhada sobre o modo de vida da população de rua da cidade de Austin no Texas. Os autores conseguem formular uma tipologia do seu objeto de estudo, relacionando o tempo de vida na rua, os hábitos dos indivíduos e coletivos, assim como outras dimensões comportamentais, revelando assim a heterogeneidade existente neste universo.

No presente trabalho utilizaremos três tipos formulados pelos autores, a fim de distinguir, pelo menos relacionando ao tempo de permanência nas ruas, características distintas de cada grupo. São eles:

*Recém deslocados* – Indivíduos que estão nas ruas há pouco tempo, na maioria de suas falas podemos perceber os “planos de sair das ruas”. Os *Recém Deslocados* muitas vezes não se identificam com as pessoas que estão na situação de rua por mais tempo. Assim como os usuários de Abrigos e Instituições assistenciais (NASSER, 2001), estas pessoas que ainda estão

---

<sup>3</sup> O espaço neste contexto é entendido a partir da perspectiva de Milton Santos (2002 [1996]) visto que é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Para o autor, a natureza é a origem, ela provê as coisas, as quais são transformadas em objetos pela ação do homem através do uso da técnica.

relacionadas com o mundo do trabalho regular e seus valores, tratam os mais antigos na rua como preguiçosos, perigosos e por vezes contagiosos. (SNOW, 1998)

*Vacilantes regulares* – Tratam-se dos indivíduos que já se encontram há um tempo considerado na rua, porém ainda carregam traços do modo de vida antigo. Segundo Snow (1998) “as memórias do passado começam a desaparecer gradualmente, sendo parcialmente substituídas por novas experiências que são com frequência notavelmente incongruentes com o passado”.

*Outsiders* – Indivíduos que se encontram adaptados ao modo de vida da rua, ou por se encontrarem nessa situação há bastante tempo, ou por não questionarem este fato. Segundo David Snow e Leon Anderson, *Outsiders*:

São indivíduos para quem a vida de rua se tornou um dado que não se questiona. Frequentemente eles se veem em termos de variadas identidades de rua e não simplesmente como indivíduos que são desafortunados. Como consequência, raramente falam sobre sair das ruas. São pessoas para quem o passado e o futuro se aniquilaram no presente. (SNOW, 1998, p. 102)

No trabalho desenvolvido, cujo total de entrevistas aprofundadas com a população em situação de rua das Regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte somou um total de 18 informantes, foram categorizados como *Outsiders* 05 pessoas, sendo 02 mulheres e 03 homens, 09 *Vacilantes regulares*, todos homens e 04 *Recém deslocados*, 03 homens e 01 mulher.

## 5.1 Os “Angus de Caroço”

Foram realizadas 18 entrevistas com pessoas entre 25 e 62 anos, sendo 03 mulheres e 16 homens em um período de três meses. Na amostragem não foram encontrados menores de idade, esta tendência pode ser explicada pelas ações realizadas pelo Poder Público Municipal de Belo Horizonte, a fim de retirar as famílias dos baixios de viadutos nos últimos anos, como destaca Machado (2007):

Estes fatos, em grande medida, são explicados pela própria ação do poder público municipal, que no período, teve uma intensa atuação no sentido de retirar e encaminhar para programas de habitação uma série de moradores que tinham como espaço de habitação os baixios de viadutos. Normalmente, uma das características das pessoas que ocupavam estas áreas, dado os aspectos de maior proteção contra as intempéries e maiores possibilidades de fixação nas construções, era exatamente a de abrigar famílias (adultos com crianças), sendo que, comumente, as mulheres são as que, na maioria dos casos, acompanham as crianças. Na medida em que os baixios dos viadutos são desocupados, mulheres e crianças foram sendo encaminhadas para outros locais, mudando consideravelmente o perfil dos moradores de rua que passa a ser mais predominantemente adulto e masculino. (MACHADO, 2007, p. 15)

Outro fator que pode explicar a pouca quantidade de mulheres e crianças vivendo em situação de rua nas “quebradas” de Belo Horizonte foram os acolhimentos compulsórios de filhos de usuárias de *crack* e mulheres em situação de alta vulnerabilidade ocorridos nos últimos anos. Segundo denúncia de mães e da Defensoria dos Direitos Humanos em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor no dia 16/03/2017, após o parto, ainda na maternidade, as crianças eram encaminhadas para acolhimento institucional por ordem da promotoria do Ministério Público.<sup>4</sup>

Cibele (35 anos), uma de nossas três entrevistadas, que até o momento final do trabalho se encontrava grávida e ainda em situação de rua, teve seus filhos, um casal de gêmeos, recolhidos pela justiça no ano de 2014. Segundo ela:

Tiraram meus menino porque falaram que eu não tinha condição de cuidar. Eu tinha perdido um pulmão já. Dei uma latada até dentro do hospital (...) o véio levô lá pra mim. Nunca mais eu vi eles não (...) mas esse agora eu vou cuidar, não sei se vai ser gêmeos, mas vou voltar pra casa da minha mãe. (CIBELE, *outsider*, 36 anos)

Tendo em vista que “muitas vezes a situação de rua pode representar uma solução para as pessoas saírem de uma situação ainda pior em seus antigos lares” (MACHADO, 2007, p. 6), quando indagada sobre a relação com sua família, principalmente com sua mãe, Cibele em poucas palavras resumiu um pouco da sua trajetória de vida nas ruas.

Quando eu tinha 16 anos eu engravidei lá em Ribeirão Preto, era de um cara que não prestava não, ele vendia droga, ele que me aplicou nessa desgraça (referência ao *crack*). Aí no começo até que ele me dava as coisa, eu morava com minha mãe, só que ele me traía muito também. Uma vez eu peguei muita pedra e dinheiro dele, hoje dava uns 5 mil (...) e gastei tudo na crackolândia, na crackolândia mesmo. Aí eu não podia mais voltar senão ele ia me matar. (...) Nós é angu de carço, sô! Depois que eu vim pra cá morar com o véio. Minha mãe que cuida desse meu filho mais velho, isso já tem uns 15 anos, mas eu nunca mais vi ela, mas eu acho que se eu voltar mais de boa ela me aceita. (CIBELE, *outsider*, 36 anos)

O termo “Nós é angu de carço” é muito utilizado por Cibele e seu companheiro J.T. e, na maioria das vezes que é evocado, tem a função de demonstrar resistência frente a algum evento traumatizante ou atormentador de suas vidas. O termo também é utilizado nos momentos em que eles nos relatam sobre suas várias estratégias de sobrevivência nas ruas. Segundo J.T. “De manhã eu vendo a paçoca no sinal, depois passo ali no restaurante e pego o

---

<sup>4</sup> Informação obtida através do site da Câmara Municipal de Belo Horizonte, através do endereço eletrônico: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2017/03/m%C3%A3es-denunciam-recolhimento-compuls%C3%B3rio-de-beb%C3%AAs-pela-justi%C3%A7a>

rango que eles dão, só coisa nova, enquanto isso a “pretinha” pega na padaria pra gente guardar pra janta, tem que ser angu de carço”. (J.T. *outsider*, 62 anos)

Outra expressão amplamente utilizada por nossos entrevistados é “a rua cobra” e se relaciona com a expressão “o que vai volta” difundida pela população de rua norte-americana apresentada por David Snow e Leon Anderson em seu livro “Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua”<sup>5</sup>. No nosso caso, essa expressão foi utilizada em dois contextos: No primeiro momento foi dita por Stanislau, um *outsider* de 51 anos, quando indagado sobre seu emagrecimento súbito em apenas duas semanas passadas do nosso último encontro: “*a rua cobra*”! No segundo caso foi pronunciada por Suquinho (*vacilante regular*, 30 anos) sobre os vários acontecimentos relacionados com seus companheiros de rua durante os cinco anos que se encontra intermitentemente nessa situação. Segundo ele: “Muita gente que eu conheci já morreu, muitos foram preso, se o cara não “correr pelo certo”, a rua cobra!”

Diferentemente dos “desafortunados” de David Snow e Leon Anderson (1998), a população de rua pesquisada não foi encontrada dividindo “cervejas embaladas”, a bebida alcoólica mais consumida por eles é a aguardente, mais precisamente da marca “Alegria da Roça”, conhecida entre eles como “barrigudinha”, devido ao formato de sua garrafa. Trata-se de uma bebida de sabor tão forte e intragável que dificilmente os pesquisadores norte-americanos se arriscariam a dividir algumas delas enquanto realizavam sua pesquisa. O fumo também é muito utilizado por nossos entrevistados, sendo consumido na maioria das vezes em forma de cigarros industrializados ou “filtro branco”, “fumos de rolo” ou uma mistura de guimbas catadas nos meio fios e pontos de ônibus e enroladas no papel que estiver disponível, chamada por eles de “boró”.

De um total de 18 entrevistados nas ruas das regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte, apenas 5 admitiram ser alcoólatras, porém, 16 deles consomem bebidas alcoólicas frequentemente e afirmaram já ter passado alguma dificuldade devido ao abuso do álcool. SNOW & ANDERSON afirmam que: “quanto mais tempo nas ruas, maior a probabilidade de uso crônico de álcool.” (SNOW, 1998, p.336) e de acordo com NASSER (2001):

O uso de bebida sempre interferiu no modo de constituição de suas relações com o trabalho, família e lazer, assim como foi por elas intensificado, até que o álcool – antes representado como opção de lazer, como exercício de liberdade e livre-arbítrio contra a opressão do trabalho e da família – acabou degenerando em vício, ao longo dos anos. (NASSER, 2001, p. 187)

---

<sup>5</sup> SNOW (1998)

Todos os entrevistados, em um primeiro momento, disseram não receber nenhum auxílio governamental para sair da situação atual, nem ao menos para sobreviver nestas condições, porém, ao longo das conversas, descobrimos que duas das três entrevistadas receberam o Bolsa-Família a pouco tempo e que vários dos informantes que se consideraram alcoólatras ou usuários de drogas já passaram por Instituições voltados para desintoxicação e apoio psicológico, provavelmente encaminhados pelo Poder Público.

Na mensagem de Fábio, um homem de 45 anos, conhecido como jardineiro, durante entrevista com outro morador de rua, podemos perceber a presença de elementos que indicam sua passagem por instituições que oferecem apoio psicológico, principalmente instituições religiosas para dependentes químicos, o que foi confirmado por ele posteriormente. Interrompendo a entrevista, a fim de passar sua mensagem para o entrevistador, em êxtase, ele recomenda que:

Mantenha sua fé, mantenha sua eficácia. O que que é eficácia? Eficácia é confiança em si mesmo. Mantenha sua eficácia, mantenha a fé em Deus, seja perseverante, não deixe nada tirar os prazeres da sua vida não. (...) Não deixe nada tirar a sua credulidade! Mantenha sua fé e sua credulidade, porque o Brasil traz desesperança, o mundo traz desesperança! (Fábio, *vacilante regular*, 45 anos)

Fábio afirmou que sempre gostou de frequentar grupos como o A.A. (Alcoólicos Anônimos) e que estes grupos o ajudaram muito com seu problema de alcoolismo, porém, como a mais de 10 anos não possui uma residência física e sua família ficou desestruturada depois da morte de sua mãe, como ele mesmo nos relatou, “fica difícil ir nas reuniões do A.A. tem dia que eu não tenho nem uma roupa limpa pra ir, se tivesse ao menos alguém pra ir comigo, eu ia frequentar mais.” (Fábio, *vacilante regular*, 45 anos)

Segundo SNOW (1998), um fator muitas vezes impeditivo para a saída das ruas é a falta ou estreita margem social que possuem essas pessoas, ou seja, a rede de contatos fora do ambiente das ruas que proporcione diferentes perspectivas sob suas condições. Podemos perceber esta dificuldade no relato de Juliano (32 anos) que, apesar de não se afirmar homossexual, disse ter morado com um homem mais velho por três meses em troca de favores sexuais e sob a promessa de que parasse de usar *crack*, porém, como se sentia incomodado com seu parceiro, muitas vezes agressivo, acabou preferindo a situação de desabrigo e voltando para a praça. SNOW e ANDERSON afirmam que:

A margem social nessas situações é muito precária, porque depende da necessidade ou interesse continuados do quase estranho que a está oferecendo. Consequentemente, essa margem social pode ser facilmente perdida, mandando o indivíduo de volta para as ruas. (SNOW, 1998, p. 449)

A estreita ou ausente margem social de nossos entrevistados não implica necessariamente que, ao longo do dia, eles não se relacionem de variadas formas com pessoas de diferentes classes sociais, porém, na maioria das vezes, estes contatos têm um caráter paternalista e/ou assistencialista, seja através de doação de alimentos, roupas e produtos de higiene por parte de moradores da região ou orações promovidas por grupos religiosos, o que não promove sua autonomia, muito antes pelo contrário, torna-se uma reprodução cíclica de seu modo de vida atual, podendo até mesmo agravar sua situação na rua.

Neste sentido, podemos perceber a existência de uma dificuldade cognitiva de sair das ruas, uma vez que o ritmo de vida nas ruas dificulta os planos de sair delas. Como nos demonstrou SNOW (1998), “exige um foco no presente: na próxima refeição, no abrigo da próxima noite, no dinheiro suficiente para sobreviver ao longo do dia. (SNOW, 1998, p.466)

Desta maneira, até mesmo as próprias relações com seus pares de rua podem tornar-se um agravante da situação, como diz SNOW (1998):

Relações com base na rua proporcionam apoio social e material nas ruas, mas não fornecem recursos para que se saia das ruas. Ao contrário, as rotinas cotidianas nas quais se baseiam essas relações tendem a enredar cada vez mais seus praticantes na vida de rua. (SNOW, 1998, p. 301)

Sendo assim, “julgar os comportamentos e cognições dos moradores de rua com padrões exteriores ao seu mundo é distorcer seu significado”. (SNOW, 1998, p.472) Estes comportamentos excêntricos ou até mesmo considerados bizarros por uma pessoa alheia ao seu universo foram observados por vezes ao longo das entrevistas, como nas falas de Fábio (*Recém-deslocado*, 25 anos), por exemplo, quando aponta algumas pessoas que passam pela praça durante nossa entrevista dizendo que são “os luminatis”, “os donos do mundo” e que por causa deles, ele não “mora em um castelo”.

Snow e Anderson (1998) definem como “fontes alternativas de auto-estima” as ilusões e situações criadas no imaginário de pessoas em situação de rua, muitas vezes taxadas como loucas, para desvencilhar-se de agressões psicológicas vivenciadas no seu universo. Segundo estes autores: “se raramente você é o destinatário de qualquer atenção positiva ou é completamente ignorado, criar e se isolar numa realidade privada que lhe dá percepções privilegiadas e status especial pode ser mais adaptativo do que parece à primeira vista.” (SNOW, 1998, p.340)

Os autores afirmam que alguns dos seus entrevistados, caracterizados como doentes mentais, já eram assim antes de ir para as ruas, porém, outros mostram esses sintomas como “um resultado do trauma de viver nas ruas” (SNOW, 1998, p. 339)

De acordo com SNOW (1998)

O alcoolismo e a doença mental às vezes funcionam como um meio de enfrentar psicologicamente os traumas da vida de rua. Evidentemente, não garantem uma fuga literal das ruas, mas podem servir como isolamento contra outras agressões psíquicas e com isso criar ilusões de autonomia pessoal e bem-estar. (SNOW, 1998, p. 335)

Outra questão recorrente nas nossas entrevistas foi o rompimento dos laços familiares, seja através de brigas entre pais, filhos e irmãos, divórcios e/ou separações, orfandade, especialmente a perda da mãe e conseqüente desestruturação familiar. De acordo com Nasser, para muitos, “o rompimento dos laços familiares foi a causa e também a conseqüência do movimento de ir para as ruas (NASSER, 2001, p. 163). A autora ainda conclui que:

A orfandade deve ser entendida tanto objetiva, quanto subjetivamente. – A falta da figura materna se relaciona para essas pessoas com um distanciamento das obrigações domésticas – ausência de regras – o consumo excessivo de bebidas e drogas representa um modo de exercício do livre arbítrio. (NASSER, 2001)

Todas as pessoas entrevistadas relataram fazer ao menos uma refeição por dia, porém, a maioria dos entrevistados, principalmente os que se encontram na situação de rua a mais tempo, afirmaram já ter passado fome por um dia ou mais, como nos relatou Alexandre (*outsider*, 32 anos): “Quando eu vim aqui pra praça eu passei fome por uma semana, comia o que encontrava no lixo. Com o tempo que fui conhecendo o pessoal dos restaurantes daqui de perto e eles agora me dão as coisas, mas até comida estragada já cheguei a comer, de tanta fome.” (Alexandre, *outsider*, 32 anos)

Devemos considerar que o ser humano não apenas come; ele faz refeições. Não se trata da simples ingestão de matéria orgânica, para obtenção de energia, mas de um ato social de profundo significado (cultural, antropológico, religioso, político). Neste sentido as pessoas não precisam ser alimentadas três vezes ao dia, elas precisam é da realização do direito de fazer, ao menos, três refeições diárias, com toda a dignidade que isso requer.

Stanislau (*outsider*, 51 anos) também relatou ter passado várias dificuldades em busca de uma refeição digna nas suas “andanças” pela Região Leste de Belo Horizonte. Segundo ele:

De vez em quando, quando eu não tinha nada pra comer, eu entrava pra dentro da mata (Mata do Museu de História Natural da UFMG, localizada próximo às praças pesquisadas) e comia fruta, tem muita fruta boa lá. Já fiquei morando lá muito tempo,

só saía pra “manguiar” um cigarro, mas aí os homi descobriram e me mandaram sair.  
(Stanislau, outsider, 51 anos)

A expressão “manguiar” foi utilizado por nossos entrevistados em diversos de seus relatos e ao contrário da simples “mendicância”, não se resume apenas em pedir esmolas, se relaciona com as diversas estratégias desenvolvidas no espaço ocupado, ao longo do dia, para garantir elementos básicos para sua subsistência, muitas vezes negados pelo Poder Público, como buscamos demonstrar no capítulo posterior.

## 5.2 “A Arte de Manguiar” e as estratégias de sobrevivência nas ruas

SNOW (1998) na sua pesquisa de campo observa várias estratégias de subsistência utilizadas pela população em situação de rua, chamando-as de “Trabalho à sombra”. Segundo este autor: “Além de ser trabalho não-oficial e não recenseado, que existe fora da economia do trabalho remunerado, o trabalho à sombra se caracteriza ainda por sua natureza altamente oportunista e inovadora.” (SNOW,1998)

Todos os entrevistados ocupantes das ruas e praças das Regiões Leste e Nordeste praticam o “trabalho à sombra”, seja associado a algum “bico” como pedreiro, jardineiro, pintor, engraxate, flanelinha, vendedor ambulante, ou como única fonte de renda, como no caso dos catadores de material reciclável ou mesmo dos “pedintes” em sua atitude de “manguiar”, uma vez que é a atividade sobre a qual empregam suas forças para produzir os meios para o seu sustento.

Tendo em vista que “manguiar” não se trata apenas do ato de pedir dinheiro ou meios para sua subsistência e sim das estratégias desenvolvidas no espaço dividido com seu pares e pessoas alheias à situação de rua para obter tais recursos, resolvemos denominar este fenômeno como “arte de manguiar”, alusão ao termo “arte de flunar”, tal como utilizado por João do Rio, em 1908, em seu livro “A alma encantadora das ruas”. Desta maneira descreveremos o cotidiano de Cibele, *outsider*, informante-chave, especialista em “manguiar”, a fim de apresentar algumas das estratégias utilizadas por ela ao longo do dia para reproduzir socialmente.

Todos os dias Cibele (FIGURA 14) é acordada na “quebrada” aproximadamente às 8 horas da manhã por sua cachorra Lola. Quando a “bebedeira” da noite passada “foi boa”, ela apenas resmunga e vira para o lado. Caso contrário, trata de se levantar e dar uma “ajeitada” no seu cabelo curto, que, segundo ela, é uma maneira de evitar os piolhos. Dá uma sacudida em suas roupas, geralmente largas, que masculinizam seu corpo magro, porém, não escondem



sua enorme barriga grávida de 6 meses de seu sexto filho, o quarto em situação de rua, o único com que ela ainda mantém contato. Então ela começa a encher seu carrinho de supermercado com vários galões e garrafas pet vazios, seus “litros”, e dirige-se com Lola até a igreja que fica a aproximadamente sete quarteirões da praça, a fim de conseguir água.



Figura 2 - Cibele e sua barriga de 8 meses de gravidez.  
Fonte: Própria (2017)

Enquanto Cibele vai até a igreja, na maioria das vezes muito animada, brincando com as crianças que geralmente passam por ela e cumprimentando os mais velhos, seu companheiro J.T. se prepara para vender doces de amendoim, do tipo paçoquinha, no sinal de trânsito em frente à praça.

Em menos de 20 minutos podemos avistar Cibele com Lola voltando para a praça, equilibrando o carrinho pesado, ela possui 36 anos, porém aparenta muito mais, talvez pelo fato de se encontrar em situação de rua a aproximadamente 19 anos, “a rua cobra!”. Após descer com os “litros” para a “quebrada” ela trata de seguir com sua cachorra para a porta da padaria tentar conseguir algo para o café.

Chegando na padaria, Lola, uma vira-latas de porte médio e pelo curto espera sua donatada pacientemente na porta, enquanto ganha alguns afagos de duas senhoras que passeiam com seus Yorkshires. Cibebe sai da padaria com vários pedaços de bolo e joga um para Lola, enquanto conversa com as senhoras. Eis que ganha delas alguns potes de um patê especial para a alimentação canina, destinados à sua cachorrinha. Chegando na praça, em tom lúdico, dissemos como Lola teria uma boa alimentação com sua nova ração, porém Cibebe nos responde: “A Lola nada, eu vou é misturar isso no macarrão mais tarde, fica muito gostoso.” E segue seu caminho até o sinal de trânsito, onde J.T. vende seus doces, para lhe dar uns pedaços do bolo.

Voltando para a “quebrada”, deitou-se um pouco em seu colchão para aliviar o cansaço das pernas e começou a acariciar sua barriga enquanto nos falava um pouco sobre seus planos para depois que seu filho nascesse. Logo pediu um cigarro para um de seus camaradas, frequentador de outro compartimento da “quebrada”, e se pôs de pé novamente a fim de regar os pés de tomate que plantou no “barranco” da praça.

Enquanto ela realizava suas atividades cotidianas, continuamos a conversa com os outros frequentadores da Praça República do Iraque, perguntando sobre a relação deles com a população em situação de rua ocupante do espaço. Conversamos com idosos, jovens e crianças e a maioria das pessoas disse “não se incomodar” com eles ou “eles não nos fazem mal”, porém, outros disseram que se incomodam bastante com o uso do *crack* e de bebidas “em plena luz do dia”.

Aproximadamente às 11h30min, Cibebe apareceu novamente na praça, carregando algumas sacolas com roupinhas de neném doadas por uma moradora de um prédio próximo e ostentando uma nota de R\$50,00, também doada por esta senhora. Quando indagada sobre o que faria com o dinheiro, ela responde: “Vou comprar as minhas “barrigudinhas”, cigarro e mais paçoca pro “véio” vender.”

Às 13h30min ela vai até o Restaurante próximo à praça para receber seu almoço, trata-se da comida que sobra do self-service e que o dono do restaurante já autorizou que seja doada todos os dias para ela e seu companheiro. Após pegar um marmitex cheio de carne, arroz, macarrão e vegetais, ela se dirige com Lola até a padaria, que também oferece self-service, para garantir outros alimentos para “esquentar mais tarde na janta”.

No período da tarde, Cibebe vai fazer o “corre”, trata-se de ir em uma “boca de fumo” próxima para comprar algumas “pedras de crack” para seu consumo. Ela só volta às 17 horas para a Praça, notavelmente bêbada, reclama de outros camaradas que não a ajudaram no

“corre”, mesmo estando grávida, porém querem “embassar” na sua “pedra”, chamando-os de serrote. Segundo ela: “Serrote aqui é mato!”

Ela desce com seus camaradas para o último compartimento da “quebrada”, para fazerem uso da droga. Neste momento notamos que os marmitex adquiridos mais cedo na padaria e no restaurante, se encontram no chão, quase cheios, porém são abertos por Lola, que aproveita a distração de sua dona e come tudo em menos de 5 minutos.

A quantia de 50 reais garante que ela possa beber, fumar cigarros e *crack* por um longo período da noite, porém, os doces que ela disse que compraria para a venda do dia seguinte não apareceram. Nesse dia ela não precisa mais manguiar, subindo apenas uma vez ou outra na segunda parte da praça, onde alguns jovens fazem fogueira e bebem, a fim de “jogar conversa fora”, “desbaratinar” como ela disse. Quando perguntada sobre o que faria no dia seguinte e se teria a mesma sorte de conseguir esta quantia razoável de dinheiro, se comparada aos rendimentos médios de nossos outros entrevistados, ela respondeu com um simples “*Não sei*”

Observando a rotina de Cibele podemos refletir sobre aspectos como o sentimento de “*vergonha de pedir*”, relatado por outros informantes, porém, quase inexistente no seu universo. Segundo David Snow:

Aparentemente, a sensação de vergonha que alguns moradores de rua vinculam à mendicância e ao pedido de dinheiro é mínima ou inexistente para os *outsiders*. A maioria está nas ruas há tempo demais ou se afastou demais do mundo do trabalho regular e de seus valores subjacentes para permitir-lhes circunscrever atividades de sobrevivência. (SNOW,1998)

Tendo em vista as estratégias utilizadas por Cibele ao longo do dia para garantir meios para sua subsistência, podemos concluir que: o cabelo curto, as roupas largas, a barriga grávida e sua cachorrinha tornam-se ferramentas essenciais para ela “manguiar” e até mesmo sobreviver na situação de rua. Sua aparência masculinizada se torna uma maneira de se defender dos possíveis estupros e assédios na rua; sua gravidez comove outras mães ou avós e faz com que seus ganhos “manguindo” sejam maiores, assim como sua relação com Lola torna-se um acordo recíproco, mesmo que inconsciente, um tipo de “mutualismo”<sup>6</sup>, onde uma proporciona a segurança e alimentação da outra. Segundo Foucault: “As pessoas sabem aquilo que elas fazem; frequentemente sabem por que fazem o que fazem; mas o que ignoram é o efeito produzido por aquilo que fazem”. (FOUCAULT, 1995, p.206)

---

<sup>6</sup> Na Biologia o Mutualismo pode ser entendido como um tipo de relação ecológica interespecífica em que as duas espécies envolvidas se beneficiam.

Desta maneira, buscamos desconstruir o estereótipo de vagabundo atribuído ao sujeito em situação de rua, demonstrando a multidimensionalidade deste universo e as diversas façanhas executadas por eles no seu cotidiano, além de descaracterizar a chamada “escolha pela situação”, amplamente difundida pelo senso comum, concordando com SNOW (1998) quando afirma que:

O desabrigo pode, de fato, ser uma questão da assim chamada “escolha” para algumas pessoas, mas talvez apenas quando as poucas alternativas disponíveis não são mais palatáveis que a vida nas ruas. Na medida em que isso é verdade, a escolha é dos males menores e assume um significado muito diferente do que se fosse feita diante de opções mais atraentes. Assim, atribuir o desabrigo à escolha sem uma compreensão do contexto no qual aquela escolha é feita é se envolver numa forma insidiosa de culpar a vítima. (SNOW, 1998, p. 407)

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que nos foi exposto ao fim da pesquisa, podemos afirmar que: as medidas tomadas pela prefeitura de Belo Horizonte, principalmente na última década, com relação à sua população de rua, não têm a intenção de resolver seus problemas, nem ao menos atender as necessidades e direitos básicos dessas pessoas, sua intenção é invisibilizar estes cidadãos do cenário urbano, caracterizando o que Boaventura de Sousa Santos (2003) chama de “Fascismo Social”, ou seja, a forma mais extrema da exclusão social. Segundo este autor: “As diferentes formas de fascismo social procuram oportunidades para se expandir e para consolidar as respectivas formas despóticas de regulação, transformando assim o Estado numa componente da sua esfera privada.” (SANTOS, 2003, p. 64)

De acordo com Lefebvre as contradições não estão mais relacionadas entre a cidade e o campo, e sim, no interior do fenômeno urbano: entre o centro e as periferias, entre a integração e a segregação no urbano. O direito à cidade neste sentido está relacionado não só com o acesso a serviços básicos por parte da população, mas principalmente à possibilidade da apropriação autônoma do espaço da cidade por seus cidadãos. (LEFEBVRE, 2004)

Os usuários do albergue e os entrevistados no Restaurante Popular, em um primeiro momento, se mostraram mais receptivos para a entrevista, porém, foram das pessoas em situação de rua ocupantes das praças das Regiões Leste e Nordeste, principalmente os categorizados como *outsiders*, que conseguimos as informações mais sinceras e valiosas acerca das suas estratégias de sobrevivência e dos fatores impeditivos para sua saída das ruas, além das mais variadas sugestões para a elaboração de políticas a que tenham direito.

Sendo assim, à partir do que discutimos ao longo do trabalho, com a ajuda de nossos informantes-chave, podemos concluir que: a questão do desabrigo só será melhorada nas Regiões Leste e Nordeste de Belo Horizonte, assim como em todo território nacional e, quiçá, mundial, quando houver uma mudança estrutural e os recursos disponíveis forem alocados de maneira efetiva aos problemas da marginalidade econômica de nossa sociedade, transformando assim o pobre em sujeito, não apenas objeto das políticas públicas; as instituições voltadas para a execução de ações destinadas à população em situação de rua possuírem um caráter mais emancipatório do que acomodador; os indivíduos forem tratados a partir do ponto de vista de sua dificuldade em sair das ruas, ou seu “grau de ancoragem na vida de rua”<sup>7</sup>. Desta maneira, elementos que proporcionem ao investigador as razões pela situação atual podem fornecer a base de políticas que previnam a situação de rua futura, uma vez que, como buscamos demonstrar, esta condição é agravada no tempo e no espaço.

Enfim, chegamos ao final de nosso trabalho com a seguinte frase de Cibele (*outsider*, 36 anos) sobre ela e seus camaradas da rua: “*É a turma dos neném! Nem estuda e nem trabalha, tudo angu de caroço!*” Como pudemos verificar ao longo das entrevistas, isso se trata de um estigma, pois, apesar de não ser da maneira convencional, o que muitos de nossos informantes mais fazem é estudar possíveis maneiras de sair das ruas e trabalhar das diversas formas ao longo do dia para sobreviver em tais situações, afinal de contas, são angus de caroço!

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. **Não Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade**, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRITO, Fausto; DE SOUZA, Joseane. **A metropolização da pobreza**. Anais, p. 489-516, 2016.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte Imperial**, 4ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COMITÊS POPULARES DA COPA. **Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. 2012.

DE FREITAS, Sônia Maria. **História oral: procedimentos e possibilidades**. Editora Humanitas (2006).

---

<sup>7</sup> SNOW (1998)

DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

DO RIO, João. **A alma encantadora das ruas**. Alfabeto, 2011.

FERREIRA, Adriana Angelica. **A Experiência, a metrópole e o velho**. 2013.

FERREIRA, Frederico. **População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998–2005**. *João Antonio de Paula & et al* (2006).

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In P. Rabinow & H. Dreyfus. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica (p.231-249). Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FREIRE, Paulo. **Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação**. In: BRANDÃO, C. R. (org.) Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1981. pp. 35 – 41

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. **Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte**. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 12, n. 2, p. 359-377, 2012.

LEFEBVRE, Henri, Sérgio Martins, and Margarida Maria de Andrade. **A revolução urbana**. Editora UFMG, 2004.

LOPEZ, E. I. **Justicia hídrica: una sistematización conceptual introductoria**. In: Lopez, E.I., Boelens, R. E. e Peña, F. Aguas Injusticia y Conflictos. Lima Justicia hídrica, CBC, Findo editorial PCP, IEP, 2012.

MACHADO, Sulamita Crespo Carrilho et al. **Vidas privadas em espaços públicos: o caso dos censos da população de rua em belo horizonte conceitos e exclusão**. 2007.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua**. Psicologia & Sociedade, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. **São Paulo: Paulus**, v. 2, 1997.

MARTINS, José de Souza; KOSMINSKY, Ethel Volfzon. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. Editora Hucitec, 1991.

NASSER, Ana Cristina Arantes. **Sair para o mundo: trabalho, família e lazer na vida de excluídos**. HUCITEC EDITORA, 2001.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS. **2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2006.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Livraria UNESP, 1993.

PBH. **3º CENSO de População em Situação de rua e Migrantes de Belo Horizonte**, 2014. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=154144&pIdPlc=&app=salanoticias>

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Poderá o Direito ser emancipatório?** Revista Crítica de Ciências Sociais, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SILVA, C. de P. (org.). **Anais do Congresso Internacional Espaços Comuns e as Cidades de Exceção:- III Seminário Internacional Cidade e Alteridade: convivência multicultural e justiça urbana / II Congresso Mineiro de Direito Urbanístico**. Belo Horizonte: Marginalia Comunicação, 2014.

SNOW, David A.; ANDERSON, Leon; VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Vozes, 1998.

SOUZA, E. L. **A metropolização como negócio: conceitos e determinações emergentes do processo de transição da urbanização à metropolização**. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. São Paulo. 2014.

SOUZA, RGV de; BRITO, FRA de. **A expansão urbana da região metropolitana de Belo Horizonte e suas implicações para a redistribuição espacial da população: a migração dos ricos**. XV Encontro de Estudos Populacionais, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (abep), 2006.

TAYLOR, Charles. 2000. **Argumentos Filosóficos**. RJ, Edições Loyola.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 1999. p. 237 – 247.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

WACQUANT, L. **Punir os pobres**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.